



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640039 - SP (2021/0012698-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : JANE YUKIKO MIZUNO
ADVOGADO : JANE YUKIKO MIZUNO - SP198462
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATEUS APARECIDO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATEUS APARECIDO DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500119-16.2019.8.26.0552).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado e multa, pela prática do delito de tráfico de drogas.

A impetrante sustenta que o conjunto probatório e a quantidade de drogas demonstram que o paciente praticou o delito do art. 28 da Lei de Drogas, devendo, portanto, ser absolvido da imputação.

Assevera a ausência de fundamentação idônea para justificar a fixação do regime inicial fechado, em manifesta violação das Súmulas n. 718 e 719, ambas do Supremo Tribunal Federal, e 440 do STJ.

Requer, liminarmente, a desclassificação do delito de tráfico para o do art. 28 da Lei n. 11.343/2006, a alteração do regime inicial e a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência